



## A PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (LEI 11.888/2008) E O CAMPO DA ARQUITETURA EM RIO DAS OSTRAS/RJ

*Jéssica Queiroz da Silva Falcão<sup>1</sup>, Hernán Armando Mamani<sup>2</sup>*

O objetivo neste trabalho é compreender a promoção e as experiências da assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS - lei 11.888/2008)<sup>3</sup>, no município Rio das Ostras no Estado do Rio de Janeiro. Partimos do suposto de que a sua promoção constitui uma forma de defesa do primado técnico nas políticas urbanas e uma tentativa de ampliação da área para a prática profissional dos arquitetos urbanistas no mercado habitacional popular. Para esse fim, os objetivos específicos são: compreender o campo de disputas pela ATHIS e descobrir os desafios, potencialidades e interesses dos agentes na implantação da ATHIS em nível municipal, tendo como objeto de estudo o município de Rio das Ostras. Para isso, utilizamos como métodos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com agentes locais. Como resultados temos: a parceria entre os profissionais da arquitetura e urbanismo e os agentes governamentais pela ATHIS foi essencial para a conquista da promulgação da Lei e precisa ser recuperada para continuar esse processo em nível nacional; a tentativa de implantação da ATHIS em Rio das Ostras começou através do interesse da associação dos arquitetos urbanistas e engenheiros locais e não teve seguimento por falta de conhecimento sobre os caminhos burocráticos para a criação da lei municipal. Analisando os resultados, concluímos que os interesses que motivaram o início do processo de implantação da ATHIS em Rio das Ostras, confirmaram nosso suposto inicial e a sua interrupção se deu por falta de suficiente capital simbólico e relações com os agentes dominantes. Como a Associação escolheu o caminho de promulgação da Lei, entendemos que ela buscou a construção de uma política de Estado e não de governo, o que confirma o seu não envolvimento com a disputa política pelo governo local, tendo como ônus, aguardar o fim das eleições municipais, para continuar o processo de implantação da ATHIS.

<sup>1</sup> Mestranda PPGDAP/ UFF Campos. [jqfalcao@gmail.com](mailto:jqfalcao@gmail.com).

Especialista em Arquitetura da Cidade: suas dinâmicas e tecnologias - IFF Campos-Centro, Arquiteta e Urbanista - IFF Campos-Centro. <https://orcid.org/0000-0002-8248-9545>

<sup>2</sup> Professor COC/PPGDAP UFF Campos. [hernanmamani@id.uff.br](mailto:hernanmamani@id.uff.br).

Doutor em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Cientista Social - UFRJ.

<sup>3</sup> Que assegura às famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos mensais), residentes em áreas urbanas ou rurais, o direito à assistência técnica pública e gratuita de arquitetos urbanistas e engenheiros civis para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia, cuja verba para sua realização é composta por repasse de recursos federais aos municípios via termo de compromisso ou termo de repasse, onde o município tem o papel de fazer a conexão entre profissionais e usuários. Desde então, apenas 122 cidades em 16 estados e no Distrito Federal foram beneficiadas com repasses do governo federal. Ao todo, foram investidos R\$ 27,9 milhões e o último contrato assinado para transferência de recursos foi em 2010.